

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 899 – de 22 de abril a 5 de maio de 2022

1º DE MAIO

Aumento geral dos salários!
Congelamento dos preços!
Não à Guerra!



DAP realiza ato-debate
“A guerra na Ucrânia e suas
consequências na Europa”

pág.5

PARTIDO

Bola fora! DN-PT aprova
Federação e Alckmin

pág.4

LUTA DE CLASSE

Trabalhadores da
CSN em luta por reajuste

pág.6

HISTÓRIA

Lenin,
as Teses de Abril

pág.9

INTERNACIONAL

Conferência europeia
diz Não à guerra!

pág.11



Não ao “Novo Ensino Médio”

Mais um retrocesso aprovado, apesar da resistência dos estudantes, que precisa ser revogado

A reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017, começou a ser implementada esse ano. Apoiada por empresários e fundações como a “Lemann” e “Todos Pela Educação”, o argumento dos defensores da reforma é de que ela teria um currículo inovador, atraente e que prioriza as experiências, substituindo o “velho” currículo cheio de disciplinas.

A contrarreforma, na verdade, cria desigualdades e chuta a ciência para fora da escola. Reduz disciplinas obrigatórias como Matemática e Língua Portuguesa, além de esmagar outras disciplinas em duas grandes áreas: “ciências da natureza” e “ciências humanas”.

O currículo possui uma parte “flexível” que permite cumprir horas fora da escola, por meio de certificados de qualidade duvidosa e experiências de trabalho, gerando mão-de-obra de baixo custo e trabalho precarizado.

Escola integral sem verbas

A proposta aumenta a jornada escolar de 800 para 1400 horas anuais, implementando um ensino integral. O ensino integral não é incorreto,

porém, sem ampliação das verbas, somada à falta de professores e de estrutura, transformará as escolas em depósito de gente.

O governo genocida de Bolsonaro inicia o ano cortando cerca de R\$ 736 milhões do orçamento da educação, o que atinge principalmente o programa de desenvolvimento e apoio à infraestrutura da educação básica. A escola integral da contrarreforma obriga milhares de adolescentes a permanecerem o dia todo em escolas sem alimentação de qualidade, com falta de professores e banheiros mal equipados.

Escola é lugar de conhecimento!

Com ideias baseadas na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, da ONU, realizada em 1990, o modelo da reforma pretende ensinar os jovens a serem “mais espertos”. O trabalho precarizado se torna mais importante do que aprender as disciplinas. Constitui-se como um obstáculo para o acesso ao conhecimento e à ciência, nega à juventude o direito de se apropriar dos conhecimentos historicamente acumulados



Estudantes contra a reforma do ensino médio, São Paulo, 2016

pela humanidade, reduzindo a educação às formações instrumentais.

Revogar esse retrocesso

Em cada escola, em cada cidade e estado e, principalmente, em nível nacional, deve-se ampliar o debate e ações que impeçam esse retrocesso. É o combate que se associa à exigência para revogar essa contrarreforma,

sem dúvida, uma pauta necessária para o programa da candidatura de Lula. É o que propõe o movimento “A escola é nossa” na preparação do Congresso da Ubes (ver abaixo). Está na ordem do dia da luta estudantil exigir dos governantes o ensino presencial de qualidade. A luta não vai parar.

Kris

Rumo ao Congresso da UBES

“A Escola é Nossa” apresenta propostas para organizar a luta

Estudantes secundaristas de todo o país já podem se inscrever para participar do evento que acontecerá em Brasília de 12 a 15 de maio.

Nesse momento acontecem eleições de delegados nas escolas para definir quem vai para o congresso com “poder de voto”. O que está em jogo para os estudantes é o direito à educação que foi sequestrado durante a pandemia e agora

só pode ser recuperado com muita luta. Como em Arapiraca (AL) onde estudantes exigem transporte para chegar às escolas. Por lá já passa de um mês com protestos na prefeitura. O mesmo em Várzea Grande (MT) onde se exige a implementação do Passe Livre.

O movimento “A Escola é Nossa” (a íntegra do manifesto está disponível em: bit.ly/aescolaenossa) em

direção ao Conubes, propõe diversas lutas por transporte, merenda, bolsas e contratação de professores, necessárias para assegurar o direito à educação e combater a evasão. Defende a recomposição das verbas e o fortalecimento da luta contra Bolsonaro e considera que a luta dos estudantes é parte da luta de toda a juventude e do povo oprimido em busca de uma saída para revogar os

retrocessos e abrir o caminho para mudanças profundas que se ligam à candidatura de Lula.

Por fim, propõe colocar na ordem do dia a luta contra a guerra e seus impactos para os povos ucraniano, russo e de todos os países, como a alta dos preços de combustível e alimentos.

O congresso da UBES pode ser espaço de articulação nesta direção.

Juventude quer emprego

Sem trabalho muitos arriscam perder o futuro

A piora das condições de vida se agrava no país, principalmente entre os jovens de 18 a 24 anos para os quais o desemprego, comparado à média nacional, chega a ser o dobro, com 22,8%.

Muitos desses jovens vêm sobrevivendo através de bicos e, quando arrumam trabalho, são desregulamentados. Tudo isso é reflexo da destruição do país, acelerada desde 2016 com a contrarreforma trabalhista e tem no governo Bolsonaro um ponto de apoio para continuar “passando a boiada”.

Esses jovens que não têm mais emprego, muitas vezes, acabam

indo parar em situação de rua, pois, sem dinheiro para o aluguel, a rua se torna ponto certo, alvo fácil para as drogas e o tráfico. Ao andarmos pelas ruas das capitais do país podemos observar o número de jovens nessa situação. O jovem que deveria estar estudando, trabalhando, construindo um futuro, se vê em uma situação muito difícil.

Empregos e direitos

A questão do emprego é um tema necessário, sobretudo no processo eleitoral. Durante o governo Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) e ex-ministro Onyx Lorenzoni

(Trabalho) apresentaram propostas absurdas em relação ao primeiro emprego da juventude. Criaram projetos que ofereciam à juventude empregos com menos direitos como Bem, Pronampe e Lei de Liberdade Econômica que têm como objetivo ampliar a exploração da juventude, acabar com direitos e aumentar, ainda mais, a margem de lucro dos empresários.

É por isso que Lula deve colocar a revogação da contrarreforma trabalhista como um dos carros-chefes da campanha para presidente. Não se pode pensar duas vezes! É preciso revogá-la para retomar os direitos

que foram perdidos, pois a juventude passa fome sem emprego, está cada vez mais exposta a situações como a que vimos no início deste ano com o bárbaro assassinato de Moise.

Não queremos esse Brasil aonde os interesses da juventude são bloqueados por esse sistema podre. Queremos empregos com direitos!

A defesa da revogação da contrarreforma trabalhista exige mudanças radicais nas instituições mas traria, certamente, cada vez mais apoio dos jovens que esperam poder sonhar novamente.

Jeffei

Encontro Nacional de O Trabalho

Três fatos notáveis:

1 Domingo, 17 de abril, a diretora-geral da Organização Mundial do Comércio, Okonjo-Iweala, sai da reunião do Fundo Monetário Internacional com o Banco Mundial pós guerra de Putin na Ucrânia, e chega ao Brasil para iniciar a “cruzada contra o protecionismo”, “preocupada com a iminente crise alimentar global”.

Primeira agenda, churrasco em Brasília (“seus filhos nos EUA frequentam churrascaria brasileira, ‘é maravilhoso’”, Valor 14/4). Segunda agenda, o inominável do Planalto. A pauta: “apelo para que o Brasil exporte parte de seus estoques reguladores”, e “se o Brasil liberar mais milho no mercado mundial, ajudaria. Os EUA estão liberando suas reservas de petróleo por seis meses”.

Recorde de cinismo! Com a barriga cheia de churrasco, a OMC compara a fome atual dos brasileiros, com o business yankee no lugar da produção russa, graças às sanções de governos “socialistas” e de direita da Europa.

Falta alguém no mundo político do Brasil que, em defesa da nossa soberania alimentar, mande essa senhora passear!

2 Domingo, 17 de abril, se publicam trechos das 10 mil horas de gravação de sessões do Superior Tribunal Militar de 1975 a 1985, obtidas por um advogado e um historiador após 20 anos de interdição. Nelas, o então general-ministro Rodrigo Octávio, relata

detalhes do aborto de uma presa política por “choques elétricos em seu aparelho genital”. Como se sabe, ninguém foi punido por este e milhares de crimes sabidos das autoridades. Vem, então, a público o atual presidente do Supremo Tribunal Militar, general Luís Carlos de Mattos, qualificar o documento histórico de “notícia tendenciosa”, “não estragou a Páscoa de ninguém”, “varrem de um lado, não varrem o outro”.

Não, general! Vocês, generais, brigadeiros e

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE SOBERANA, A MAIOR TAREFA DE UM NOVO GOVERNO

almirantes, é que em breve serão varridos da cena e devolvidos aos quartéis. Seu esdrúxulo tribunal corporativo será dissolvido e os que, dentre vocês, são responsáveis por crimes - do perjúrio à tortura e morte - serão julgados pela nova justiça, condenados, presos, e terão a alma exposta às famílias brasileiras.

É tempo do PT pronunciar-se, ainda antes da campanha eleitoral.

3 Domingo, dia 17 de abril, termina o 36º Encontro Nacional da Corrente O Trabalho

do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, o primeiro após dois anos de pandemia e 10% maior que o anterior, com delegados de 21 plenárias de 17 Estados. Encontro presencial, já é por isso um ponto de apoio para a organização da luta dos trabalhadores, da juventude e do povo: “No Brasil a ‘Constituinte com Lula’ está na ordem do dia no sentido de que a eleição de uma Assembleia Constituinte Soberana é a maior tarefa de um novo governo comprometido com a soberania popular, com Lula presidente. Não que se possa convocá-la, simplesmente. Hoje falta determinação revolucionária e não há condição institucional sob os “Três Poderes” podres. Mas rapidamente as massas poderão compreendê-lo em seu próprio movimento – com o concurso do Diálogo e Ação Petista, e de outros – e se impor ao escombros das instituições em frangalhos. ‘Só o povo salva o povo’, disse a grande Revolução Mexicana de 1910.

Para abrir caminho à ‘Reconstrução e Transformação do Brasil’ conforme os programas do PT do 6º e 7º Congressos prevêem: a Constituinte Soberana, resumindo concretamente, para revogar as contrarreformas Trabalhista e Previdenciária e, acrescentamos, restabelecer o Monopólio estatal da Petrobras e abolir a Tutela militar (artigo 142 da Constituição)” – adotado por unanimidade. Junte-se a nós!

NOTAS

Aumento geral na cesta básica

Todas as oito capitais analisadas em estudo da empresa Horus em parceria com a Ibre FGV tiveram alta geral de preços. Essa vem sendo a dura realidade para o povo, que só piora.

As cestas básicas mais caras de março foram as do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Fortaleza. Mas no mês, todas as oito capitais analisadas registraram aumentos, chegando a 5,5% em Curitiba e 4,1% em Manaus.

Além dos legumes, que tiveram alta de quase 19% em Salvador, os ovos tiveram acréscimo acima de 13% em Manaus. No caso do ovo se trata do aumento da demanda, pois é o alimento mais barato para substituir a carne, quase impossível de ser consumida com os atuais preços. Além disso, há a elevação dos custos de produção nos aviários, pela alta do milho e da ração.

Para os mais pobres, mais caro fica

Os aumentos já vêm vertiginosos há pelo menos 12 meses: Bolsonaro acabou com os estoques de alimentos e mantém a dolarização dos preços dos combustíveis. Portudo isso, a cesta básica subiu 21,46% no último ano, quase o dobro da já alta inflação geral, de 11,3%. O preço do frete, diretamente relacionado ao valor do diesel, cresceu mais 13% só em março. E isso que os efeitos da guerra na Ucrânia (questão dos fertilizantes), que vão piorar a situação, nem chegaram com todo peso, pois tendem a afetar as próximas safras. Portanto, para os mais pobres, que gastam muito mais percentualmente em alimentos, a inflação ultrapassa em muito o índice geral: o preço da cesta básica hoje equivale a 58,57% do salário mínimo. A fome, que já se tornou realidade para mais de 19 milhões de brasileiros, cavalga a passos largos.

Memória

ATOS REFORÇAM LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

“É um governo de traição nacional. Nas eleições, três temas serão centrais: desemprego, privatizações e reforma agrária. Não tem jeito de um candidato nosso a presidente dizer que não vai rever as privatizações. Vai sim! O povo vai exigir isso! Nós vamos buscar de volta a Vale e as outras estatais. Vamos revogar as privatizações”. Esta afirmação do deputado do PT Luiz Eduardo Greenhalgh levantou o plenário de mais de 800 trabalhadores e jovens de 17 cidades no ato paulista [da Jornada Continental contra a Alca e as Privatizações]. O ato encerrou um dia 17 de abril de manifestações puxadas pelo MST no centro da cidade, na Bolsa de Valores (...) e na Praça Ramos.

O Trabalho nº 435 – 23/4/1998



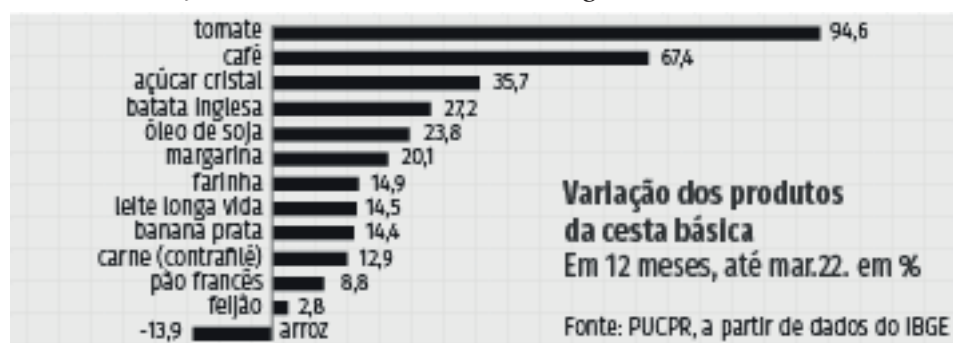
Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho



Mau passo no Diretório

Maioria vota estatuto e carta-programa regressiva para Federação

A maioria do Diretório Nacional do PT na reunião em 13 de abril adotou deliberações muito ruins. Depois de, em março, ter votado por maioria a Federação com PCdoB-PV de embrulho numa resolução de conjuntura - "ajoelhou" - agora tirou as conclusões previsíveis - "tem que rezar".

Quem é a maioria? Ponto prévio, Markus Sokol pediu agora em abril, mas ainda hoje não foi publicada, a lista nominal dos votos pela Federação no DN de março (são membros da CNB e aliados).

Agora, votaram-se dezenas de emendas.

Nos estatutos da Federação, Valter Pomar propôs, primeiro, limitá-la ao PCdoB, o que rejeitado, com a abstenção do Diálogo e Ação Petista, pois, rigorosamente, o PCdoB é o centro do risco da esclerose burocrática do PT na Federação, mesmo se o PV não é flor que se cheire. Depois, Valter propôs uma emenda de estruturação "pela base" (órgãos municipais e zonais) da Federação com PCdoB-PV. A presidente Gleisi Hoffmann rejeitou a emenda porque "não queremos uma nova estrutura como um novo partido, mas uma

associação partidária para fim eleitoral". Conversa, porque a lei 12.408 de 28/04/2021 define a Federação como "nova agremiação partidária" e se sobrepõe a qualquer estatuto.

O DAP se absteve em toda emenda, para não tentar consertar o que não tem conserto.

Se fossemos ingênuos, diríamos que é um salto no escuro. Realistas, dizemos que o PT está em risco nesta Federação de cúpula, camisa-de-força sob a tutela extrapolada do judiciário, como explicamos há 6 meses.

Regressão histórica

Já a Carta-Programa, o DAP disputou ponto a ponto. Junto com outros, o DAP integrou uma emenda do Direito à Autodeterminação dos Povos, ausente - crucial na guerra de Putin na Ucrânia - assim como uma emenda de Revogação da contrarreforma Trabalhista no lugar da vaga "revisão". Nestes temas, a cúpula da CNB, em particular, não estava muito azeitada e acabou apoiando, o que é melhor.

Mas, principalmente, a maioria CNB-RS-MPT-AV rejeitou a principal emenda, pela Assembleia Constituinte Soberana por 49 votos,

defendida por Misa Boito (DAP) e Valter Pomar (AE) com 16 votos. Houve 1 abstenção. De modo que a Carta-Programa ficou no limite da atual Constituição, a que prendeu Lula e deu no "inominável", o que é uma regressão histórica que remete o PT ao desarme programático de real transformação da sociedade, que vigorou ente 1995 e 2016, pois a Constituinte só voltou ao programa em 2017 no 6º Congresso, depois do golpe do impeachment, como Misa explicou.

PSB + Alckmin Vice

Acreditem, pela primeira vez o DN discutiu (a Executiva nunca), a "indicação pelo PSB do ex-governador Alckmin como Vice" na coligação com a Federação de Lula, porque será assim o registro, se não vierem mais coligados. Foram 68 votos a favor do PSB-Alckmin, onde vários eram votos acorrentados ("sabe, a corrente decidiu").

Três orgulhosos votos do DAP foram pela rejeição da proposta "vinda" do PSB de Alckmin Vice. Outros 13 votos foram dos grupos que se juntaram com a DS (a favor do PSB, mas "não este nome da direita" Alckmin; já um

outro, podemos pensar...).

Markus Sokol (DAP) falou pela rejeição, em favor de uma aliança com plataforma anti-obscurantista, indígena, quilombola, camponesa e trabalhadora, "democrática e antiimperialista" (6º e 7º Congressos do PT) que emanasse o vice, uma aliança com PSOL, PCdoB, setores do PDT e do PSB e outros, pela Constituinte Soberana. Desprezou Alckmin por ser a "velha política" que injeta na veia do discurso de Bolsonaro, a que cada pequeno empresário que traz, perde uma fila de ônibus descontente ("se juntam, são todos iguais"). A sua imagem em SP é a da privatização e da violência da PM. Sokol perguntou, ele "dá garantias a quem, banqueiros, latifundiários ou embaixadores?".

Na próxima edição examinaremos a forma final dos estatutos e carta-programa, a serem referendados pelo TSE até 31/5, enquanto que Alckmin Vice-PSB é proposto pelo DN ao Encontro Nacional do PT de 4-5 de junho (virtual...).

Indicações dadas, as combateremos até o último instante, e desde já, com o DAP, dizemos "O PT Continua!"

J.A.L.

Liberou geral

Projeto aprovado na Bahia abre caminho à privatização da Embasa

Foram inúmeras tentativas do governo Rui Costa (PT) de abrir o caminho à privatização da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.). Finalmente, dia 29 de março a Assembleia Legislativa (ALBA) aprovou por 26 votos a favor e 8 contra a lei 24.362/2021. A resistência à privatização esteve protestando na ALBA, na governadoria e na rua, mas não foi o suficiente para impedir esse ataque.

Cheque em branco

Segundo o Sindae (Sindicato dos trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente) o PL "abre brechas que poderão possibilitar o direcionamento de fatias importantes da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários da Embasa às empresas privadas. A Embasa poderá coligar-se ou se associar com empresas privadas e criar sociedades de propósitos específicos - SPEs-, subconceder ou subdelegar seus serviços para terceiros".

A justificativa do governo é adequar a Embasa ao Marco Legal do Saneamento federal sancionado por Bolsonaro em julho de 2020. O PT



Manifestação em Salvador, fevereiro de 2022, contra privatização

combateu esse "novo marco" privatizador e votou correto contra no Congresso. Mas para o líder do governo na ALBA, deputado Rosenberg Pinto (PT), o projeto aprovado "fortalece a empresa para disputar os projetos de saneamento com outras concorrentes no país". Porém, a ALBA autorizou o executivo estadual a fazer o que quiser com a empresa. No fundo é o "liberou geral, um cheque em branco para que gestores possam operar

formas de participação privada (privatização)", diz o Sindae. Para Grigório Rocha, Coordenador-geral do sindicato, "achar que a Embasa irá disputar uma estação e vai ganhar é uma ilusão. É uma grande mentira. As empresas que disputam são multinacionais, pertencem a fundos de investimentos, podem jogar a tarifa lá para baixo, oferecer bilhões, vislumbrando fazer reequilíbrios nos contratos. É a lógica de mercado".

Grande equívoco

A política de Bolsonaro e a guerra na Ucrânia aceleram elementos da crise no país. A conta está ficando cara para o povo com aumento dos combustíveis, alimentos e energia. Privatizar empresas de saneamento é um crime contra a economia popular, pior ainda num governo encabeçado pelo PT na Bahia.

Como disse o DAP-BA, "a privatização da Embasa não corresponde ao mandato pelo qual Rui Costa foi reeleito, vai na contramão da posição do Congresso do PT-BA". Para Grigório "a posição da bancada estadual do PT foi um grande equívoco, não entendeu o que estava em jogo. Estamos lutando para eleger Lula presidente, e um dos compromissos que buscamos de Lula é justamente fazer modificação nessa lei federal 14.026".

Ficou feio para os deputados que votaram o carimbo da privatização.

Não foi dessa vez que a resistência conseguiu impedir a aprovação, mas há uma certeza de todos na trincheira: a luta continua!

Paulo Riela

NÃO À GUERRA! AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS!

Ato-debate promovido pelo DAP com Lucien Gauthier, do POI francês



Tirem as mãos da Ucrânia!

Luiz Eduardo Greenhalgh, em nome do Comitê Nacional, leu a Declaração do DAP intitulada "Não à guerra, solidariedade ao povo ucraniano". A Declaração dirige-se aos militantes petistas e afirma que o povo russo "não pode ser confundido com seu governo, muito menos o povo ucraniano".

Referindo-se à destruição provocada pela guerra, o documento afirma: "Essas cenas, que ocorreram e ocorrem também em outras partes do mundo, se devem à disputa de negócios bilionários e de zonas de influência entre governos capitalistas – petróleo, gás, matérias primas – que protegem os interesses de oligarcas mafiosos contra os interesses dos povos russo, ucraniano e de toda a Europa".

Sobre o papel do partido, o documento é claro: "O PT não pode – e não deve – silenciar sobre esses trágicos fatos que estão ocorrendo na Ucrânia sob pena de anular seu caráter de partido de trabalhadores, que visa a uma sociedade mais fraterna e igualitária".

E continua: "Menos ainda, silenciar ou fazer vistas grossas ou mesmo tentar justificar as injustificáveis ações de Putin, somente porque um dia, durante a antiga União Soviética, houve uma proximidade, em função da revolução proletária com vistas ao socialismo. Não. A Rússia de hoje, com Putin, não mantém a mais pálida lembrança da tradição daquela época. Essa invasão russa não admite idolatrias cegas ou ufanismos saudosistas."

PUTIN, BIDEN e OTAN: tirem todos as mãos da Ucrânia!

Cerca de 200 militantes de vários estados estiveram presentes ao ato-debate "A guerra na Ucrânia e suas consequências na Europa", promovido pelo Diálogo e Ação Petista no dia 18 de abril. O debatedor foi Lucien Gauthier, do Partido Operário Independente (POI) da França, que integra o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, do qual o DAP é aderente.

Em sua fala, com tradução de Júlio Turra, do Comitê Nacional do DAP e do CILI, Gauthier explicou os motivos que levaram à agressão russa contra a Ucrânia e as consequências da guerra principalmente na Europa, mas cujos efeitos se fazem sentir em todo o mundo, inclusive no Brasil.

O ato-debate, realizado na Quadra dos Bancários em São Paulo, foi conduzido por Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP, que iniciou sua fala lendo uma mensagem de um militante russo, enviada a uma conferência europeia contra a guerra, da qual não pode participar por questão de segurança (ver pág.11). Também estiveram presentes Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de Lula; Markus Sokol, da Executiva nacional do PT; José Genoino, ex-deputado constituinte; o vereador do PT em São Paulo Eduardo Suplicy; João Batista Gomes, da Executiva nacional da CUT; e Jonathan, da Juventude Revolução do PT. O presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloísio Mercadante, e o deputado federal Vicentinho enviaram mensagens.

Cada um dos participantes do evento recebeu do DAP uma haste de trigo, simbolizando a fartura e também a Ucrânia, celeiro da Europa. Num momento muito emocionante, todos levantaram o trigo.

Ao final, os presentes cantaram, à capela, um trecho de "A Internacional", hino dos trabalhadores de todos os países.

Nem Putin, nem Biden

Uma guerra no coração da Europa, envolvendo todos os imperialismos (EUA, países europeus, Japão, Austrália). Uma guerra iniciada por Putin, não em defesa do povo russo, mas dos interesses da oligarquia russa. Uma guerra, enfim, cuja principal motivação é a busca do lucro e a conquista de mercados. Assim Gauthier explicou as causas da guerra, cujas consequências não tardaram a ser sentidas. Além da destruição, mortes e milhões de refugiados ucranianos, há um aumento brutal dos gastos militares nos países europeus e alta dos preços do trigo e dos combustíveis. Isso vai significar em muitos países fome em grande escala.

O verdadeiro alvo do imperialismo dos EUA, explicou Gauthier, é a China. Daí o acordo entre a Casa Branca, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul.

A Ucrânia e seu povo são assim tomados como reféns numa disputa que não lhes diz respeito. Nem Biden nem Putin defendem a Ucrânia.

Gauthier referiu-se à resistência à guerra que se desenvolve em vários países, a começar da própria Rússia, onde houve manifestações contra a guerra, reprimidas por Putin; em Berlim, houve uma gigantesca manifestação; na Itália, portuários recusaram-se a embarcar armas da OTAN para a Ucrânia. Os povos recusam a guerra e seus promotores.

Gauthier respondeu ainda a cerca de dez perguntas enviadas por escrito



Lucien Gauthier fala sobre a guerra, seus motivos e consequências.

"MEU TERRENO É A LUTA DE CLASSES E NÃO A DISPUTA DE BLOCOS"

por participantes. A uma dessas perguntas, que pressupunha uma "disputa de blocos" entre o imperialismo dos EUA e a Rússia de Putin, ele respondeu: "Meu terreno é a luta de classes e não a disputa de blocos". Disse ainda que "qualquer pretexto serve" quando uma potência quer iniciar uma guerra. Citou os casos da Arábia Saudita contra o Iêmen, da França contra o Mali, guerras que não merecem da mídia nenhuma atenção.

Como não poderia deixar de ser, Gauthier falou sobre as eleições

presidenciais francesas, nas quais o candidato Jean-Luc Mélenchon, da França Insubmissa e apoiado pelo POI, obteve 22% dos votos. Relatou a posição adotada pela grande maioria dos apoiadores de Mélenchon para o 2º turno: nem Macron, nem Le Pen.

CONSTITUINTE COM LULA

Durante o ato Misa Boito anunciou que será proposto ao Comitê Nacional do DAP, pela sua Secretaria, a realização de um grande encontro nacional, presencial, em julho. Um encontro por "Constituinte com Lula".

A discussão sobre a Constituinte Soberana é mais atual do que nunca. A cada dia, as instituições demonstram seu enorme grau de apodrecimento. Neste momento, em que a candidatura Lula aparece com uma possibilidade real de vitória, uma questão se impõe: como governar e atender as reivindicações populares com teto de gastos, com tutela militar, com este Congresso e este Judiciário?

Infelizmente, o Diretório Nacional do PT, em sua reunião de 13 de abril, deu um passo atrás, ao recusar incluir no programa do partido a necessidade de convocação de uma Constituinte Soberana.

O DAP, que sempre defendeu essa bandeira e que no dia 19 de março realizou um importante debate sobre a Constituinte, vai seguir no mesmo rumo. Os grupos de base do DAP devem desenvolver e aprofundar essa discussão.

1º de Maio: dia do trabalhador, dia de luta

Centrais convocam ato na Praça Charles Miller em SP

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, se realiza num momento duro. Com a guerra desencadeada pela Rússia na Ucrânia, há um lastro de destruição que impacta em todos os países.

No Brasil a situação dos trabalhadores se agrava, os empregos prometidos com as contrarreformas da previdência e trabalhista são precários, menos salários, menos direitos e os preços dos alimentos dispararam. Mas, ao lado do desespero dos metalúrgicos da Toyota contra a mudança da fábrica do ABC, da CSN em Volta Redonda (ver abaixo) e dos

servidores por reajustes salariais (ver ao lado), vem também a disposição de luta.

Ato nacional em São Paulo

O ato nacional do 1º de Maio foi convocado para a Praça Charles Miller, no Pacaembu, tendo como eixo "Empregos, Direitos, Democracia e Vida". No fechamento desta edição a CUT não havia ainda discutido o assunto.

O 1º de maio deve ser o momento de exigir o aumento geral de salários, congelamento de preços dos alimentos, além de levantar bem alto

a bandeira internacionalista: "Não à Guerra!".

Revogar a contrarreforma trabalhista

Será preciso reforçar a bandeira de luta pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária. Afinal, no dia 14 de abril, um dia após a Direção Nacional do PT aprovar a aliança com PSB, Lula e Alckmin se reuniram com sindicalistas da CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CSB, Intersindical e "Pública" num ato político no qual foi apresentada a pauta da classe trabalhadora para as eleições.

Mas na pauta, quando se fala dessas

contrarreformas, propõe "revogar os marcos regressivos da legislação trabalhista e previdenciária (...)", bem diferente da Plataforma da CUT que propõe "a revogação".

Ainda no encontro, Lula disse que quer "uma parceria com as centrais para reconstruir o Brasil, mas queremos também chamar os presidentes da Fiesp, da Febraban (...). A mesa de negociação vai ser coordenada pelo vice-presidente, não pelo presidente. Vai ter os dirigentes sindicais e empresários...".

João B. Gomes

CSN: mobilização por reajuste

Depois de dois anos sem ter sequer reposição da inflação, metalúrgicos se levantam

Entrevistamos Rodrigo Amaral, metalúrgico da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) que tem participado das paralisações na Usina, em Volta Redonda, por reajuste salarial. A categoria rechaçou a proposta da empresa de 8% para quem ganha até R\$ 3 mil e 5% para quem ganha acima de R\$ 3mil e cobra uma postura combativa da diretoria do sindicato (Força Sindical).

O Trabalho - Como as mobilizações começaram e como chegou esse movimento no seu setor?

Rodrigo Amaral - Os trabalhadores estavam cansados com dois anos sem aumento. Na semana retrasada, um grupo se levantou e uniu outros trabalhadores no pátio da SOM (Pátio de Alimentação - onde ficam os relógios de ponto) e começamos a unir todos os trabalhadores que estavam com o mesmo sentimento de revolta.

OT - Conte-nos um pouco sobre o movimento.

RA - Há quem paralise mais do que quatro horas, há quem paralise menos. Na minha área, por exemplo, combinamos de parar quatro

horas. Quando chegou a primeira proposta de negociação, negada pela categoria, voltamos ao trabalho normal. Agora virá uma nova proposta. Dependendo de como for, pararemos de novo. Mas têm setores que estão parando quatro horas todo dia. Era para ser negociado primeiro a PLR. Tentaram antecipar o acordo coletivo para ver se o peão engole, mas não funcionou. Teve paralisação do mesmo jeito!

OT - Na 2ª semana de paralisações a CSN demitiu 10 trabalhadores, qual foi o impacto?

RA - Teve impacto sim. O peão tem medo de perder o emprego. A mobilização esfriou. Por ver isso, a CSN está enrolando para mandar a nova proposta, esperando a temperatura abaixar. Antes, você tinha três, quatro mil trabalhadores parados. Agora tem 100. Mas dependendo da proposta que vier esses 100 podem virar mil, dois mil muito rápido. Há receio, mas estamos revoltados. No meu setor, por exemplo, nos organizamos para que ninguém fale



Trabalhadores da CSN paralisados em Volta Redonda

ruins para os trabalhadores. A gente sabe que os acordos passam pela mão do sindicato e ele é omissivo e vendido, é o que achamos e não tem representado a gente. Essa marcha foi para mostrar a eles que nós estamos cientes do que estão fazendo! Eles deviam representar os trabalhadores. A marcha parou na frente do sindicato para mostrar que se a gente quiser, a gente tira eles. E eu acho que vai acontecer isso! Não vão permanecer até ano que vem.

sozinho, que ninguém pare sozinho, para não ter demissão. Tanto que, no meu setor, ninguém foi mandado embora e não tem nome na mesa de diretores. Mas a perseguição está bem forte. Foram cortados muitos benefícios nesses últimos anos. Então temos a nossa revolta, mas também temos o nosso receio.

OT - Uma marcha de mais de três mil metalúrgicos, foi da Usina à sede do sindicato, com qual objetivo?

RA - Todos os acordos que a CSN fecha, com apoio do sindicato, são

OT - Como acha que será o 1º de maio, dia da data base da categoria?

RA - Eu acho que vai ser conturbado. Acho que não vai ser uma coisa muito simples não. Tem muito peão revoltado, muito trabalhador revoltado, ao mesmo tempo em que tem muita gente nova na empresa que estava precisando de trabalho. Acho que vai ter aquele embate dos que vão querer parar, se a proposta que vier for ruim e aqueles que os vão querer votar sim, só pra não ficar com o deles na reta.

Toyota anuncia fechamento da fábrica em SBC

Trabalhadores fizeram greve e empresa entrou na justiça

No dia 5 de abril a Toyota anunciou que irá fechar sua fábrica em São Bernardo do Campo. No dia seguinte, mais de 500 trabalhadores se reuniram na entrada da fábrica em assembleia. Ficou claro que a saída proposta pela empresa é uma enrascada. No anúncio de fechamento a Toyota afirmou que "oferecia a oportunidade" para os trabalhadores serem transferidos

para suas outras fábricas no interior do estado. Um diretor do sindicato afirmou: "Esse negócio de transferir trabalhador para outra fábrica no interior, esquece isso. Veja o histórico disso aí em outras fábricas."

A disposição de luta dos metalúrgicos da Toyota ficou demonstrada quando decidiram por unanimidade paralisar a fábrica e votaram com entusiasmo um aviso de greve. Mas

a direção da Toyota tem se mostrado inflexível. No dia seguinte a paralisação continuou e os trabalhadores fizeram uma passeata da sede do sindicato até a praça da Matriz.

A empresa entrou na justiça contra a greve e em assembleia dia 11, o sindicato comunicou os trabalhadores que no julgamento realizado no TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) se determinou

a abertura de mesa de negociação "com o objetivo de discutir a viabilidade da planta em São Bernardo" e votou o retorno ao trabalho. Só o prosseguimento da luta pode abrir um caminho diferente para a fábrica da Toyota, não repetindo o destino da Ford, fechada em 2019 e depois demolida.

Cristiano Junta

Servidores: pressão começa a surtir efeito

Bolsonaro fala em 5% de reajuste, mas perdas são de 19,99% e luta vai continuar

Sem negociação ou formalização da proposta, o governo anunciou pela imprensa um reajuste linear de 5% nos salários dos servidores federais a partir de julho. Por sua vez, o secretário do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, anunciou, em coletiva de imprensa do Ministério da Economia, em 14/04, uma reserva de R\$ 11,7 bilhões para pagamento deste reajuste a servidores federais durante 2023, faltando ainda R\$ 900 milhões, sem descartar o pagamento neste ano.

Também pela imprensa, o governo falou no reajuste do

auxílio-alimentação em R\$ 400,00, a serem pagos junto com os 5%.

As migalhas “oferecidas” por Bolsonaro não cobrem sequer a inflação. Nos últimos 12 meses o INPC está acumulado em 11,73%.

O prejuízo, claro, é no bolso dos trabalhadores.

Um estudo recente da empresa “Economatica”, mostrou que entre os 10 bancos mais rentáveis do mundo, quatro são brasileiros.

O fato é que, depois de Paulo Guedes afirmar que a reposição dos salários dos servidores iria “quebrar o Brasil”, o governo, pressionado

pelos trabalhadores, se viu obrigado a mudar o discurso do reajuste zero. É a partir daí que a mobilização deve

seguir para arrancar os 19,99% de reposição emergencial reivindicados.

Marcelo Carlini

SERVIDORES DA CUT DIRIGEM PLATAFORMA À LULA

Servidores públicos filiados à CUT, representados pela Confetam (municipais), CNTE (professores), CNTSS (seguridade social), Condsef (federais do executivo), Proifes (docentes) e Fenasepe (empregados estaduais), lançaram uma plataforma dirigida à Lula propondo a revogação da EC 95, da reforma trabalhista e a defesa da autodeterminação dos povos. O documento aponta que “para realizar o programa de reconstrução e transformação que busque soluções verdadeiras e duradouras (...) e conquistar a democracia e a soberania nacional será necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.” e suas organizações (sindicatos, associações, CUT e centrais) propondo a construção da unidade.

Greves pelo Piso Nacional da Educação

Professores travam lutas por todo o país, mas não há unificação nacional

Desde fevereiro professores estão em luta no Brasil pela aplicação do reajuste de 33,24% do Piso Nacional.

A disposição de resistência da categoria gerou imagens chocantes, como as agressões realizadas pela Guarda Municipal de Feira de Santana (BA) contra professoras em greve desde 31 de março. O prefeito Colbert Martins (MDB) liberou a Guarda para bater nos grevistas que ocuparam a prefeitura, visando abrir negociações.

Cenas de violência também marcaram a luta em Belo Horizonte, onde o então prefeito Kalil (PSD) mandou a guarda reprimir os trabalhadores da educação, que mesmo após 24 dias de greve, não conquistaram o reajuste do piso, apenas 11%.

Unidade garantiu conquistas

No estado de Minas os educadores realizaram mais de um mês de greve enquanto os trabalhadores da segurança pública realizavam sucessivas manifestações pelo seu próprio reajuste. Com a recusa de Zema (Novo)

em negociar, as categorias arrancaram na Assembleia Legislativa a aprovação dos seus respectivos reajustes num movimento de pressão unificada. O governador decidiu judicializar a lei promulgada pela ALMG.

Unidade foi também a marca da luta em Florianópolis quando, em fevereiro, professores fizeram nove dias de greve ao lado do funcionalismo e arrancaram do prefeito Gean (DEM) o reajuste do Piso para o nível inicial da carreira.

Categoria enfrenta governos de “todas as cores”

A luta dos professores não enfrenta apenas os governos dos partidos de direita, mas governos de todas as cores, inclusive do PT.

A greve dos professores de Recife, apesar da tentativa de governador João Campos (PSB) de torná-la ilegal,



Em 14 de março, assembleia do Simpere-PE, deflagrou greve em Recife

conquistou 23% de reajuste e 12% na forma de um abono, que agora o sindicato luta para incorporar.

No Rio Grande do Norte, uma greve de 20 dias, arrancou da governadora Fátima Bezerra (PT), a aplicação do Piso para toda a categoria, mesmo se parcelado.

Desde 23/02 os professores do Piauí

estão em greve, enfrentando situação mais drástica. O governo do PT não responde às reivindicações e judicializa o movimento.

Há ainda outras greves como em Natal, São Luís e outras cidades reivindicando o mesmo índice. Apesar de toda disposição de luta, não há um calendário nacional de mobilizações. A CNTE convocou um tímido dia de luta em 16 de março, que não foi além disso, sob o argumento das especificidades locais.

O fato é que os que reivindicam os 33,24% enfrentam prefeitos e governadores que alegam a Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja revogação é uma necessidade e deveria ser, como o índice do piso, objeto de campanha na qual uma mobilização nacional poderia se constituir.

Nelson Galvão

40º Congresso do ANDES

Não serviu para armar a categoria para a luta

Depois de dois anos de pandemia, com atividade apenas de “lives” e reuniões online, o ANDES-SN realizou seu congresso, em Porto Alegre.

As universidades suspenderam suas atividades presenciais e docentes foram empurrados ao teletrabalho. Ataques aos direitos dos servidores, e aos professores em particular, foram desfechados por Bolsonaro e governos estaduais e municipais. O salário foi congelado, houve reforma da previdência e intervenção em reitorias.

O centro do Congresso deveria ser a luta pelos 19,9% nas instituições

federais e a organização da luta nas estaduais, tendo como eixo salário e carreira. O esperado era que o congresso do sindicato se dedicasse a reunir as condições para uma mobilização até para uma eventual greve.

Não foi o que se viu. O congresso não colocou no centro o combate pelos 19,99%, nem a luta para enterar de vez a PEC 32. A discussão sobre as estaduais foi varrida da plenária por uma manobra regimental. De novo, o ANDES-SN se dedicou a uma interminável discussão sobre todos os assuntos, sem priorizar

sua função que é a luta por salário e carreira.

Neste contexto difícil, é preciso valorizar o crescimento da oposição sindical. O Fórum Renova ANDES chegou ao Congresso com 100 delegados e 15 observadores, realizou uma grande plenária e deu os primeiros passos para a disputa eleitoral que ficou marcada para maio de 2023. Nos próximos meses, o Renova se dedicará à continuidade da luta pelo salário e contra a PEC 32, intervindo nas seções sindicais com esta orientação.

Durante o Congresso, docentes do Diálogo e Ação Petista reuniram 40 delegados para discutir a intervenção na campanha de Lula, para que ela acolha a luta pela revogação das contrarreformas.

Impulsionados pelo DAP, delegados distribuíram uma moção, recusada por alegações “regimentais”, que defendia “Não à guerra, pelo direito à autodeterminação e a fraternidade entre os povos”, exigindo a retirada das tropas russas, o fim das sanções contra a Rússia e o fim da OTAN.

Eudes Baima

Garimpo invade e destrói terras Yanomâmis

Com a ajuda decisiva de Bolsonaro, está em curso uma tragédia

Bolsonaro tenta legalizar a mineração e o garimpo, através do PL 191/20 que ainda tramita no Congresso (ver OT 897). Mas mesmo ilegal, ele avança: entre 2016 e 2020 os ataques às terras indígenas tiveram um aumento de 3.350% (!) nos registros de operações ilegais.

O garimpo na Terra Yanomâmi cresceu 46% em 2021, depois de já ter aumentado 30% em 2020. Os dados são do relatório "Yanomâmi sob Ataque!", preparado pela Associação Hutukara, com apoio do Instituto Socioambiental (ISA).

Um cerco aos indígenas está em curso. O mesmo relatório mostra, através de fotos aéreas e de satélite, que 273 das 350 comunidades indígenas e 16 mil indivíduos estão sendo afetados.

Garimpeiros contam com transporte aéreo - aviões e helicópteros - lanchas e rede de internet (por rádio ou satélite). Armas são fornecidas pelo PCC. Instalam verdadeiras cidades nas beiras dos rios, com mercados e bordéis. Até dezembro de 2021 eram 3.272 hectares de terras



Protesto realizado em 2019 pelo fórum de lideranças Yanomami e Ye'kwana

destruídas, quase três vezes o registrado em 2018, quando o monitoramento do ISA começou.

Esparsas operações da Polícia Federal servem para atestar o que vem ocorrendo e são insuficientes. Ali é a 'lógica empresarial': "O garimpo de ouro é hoje uma atividade empresarial que depende de altos investimentos. Portanto, a lógica por trás da atividade é essencialmente econômica: enquanto os retornos forem maiores do que os riscos, sempre haverá quem queira investir" diz o relatório.

Como depende de altos investimentos, há envolvimento de grandes empresários no esquema. Ajudados pelo fato de as agências de fiscalização terem tido seus orçamentos amputados pelo governo federal no período, para deixar os latifundiários e garimpeiros livres para sangrar, literalmente, as reservas e os indígenas.

Ouro para alguns, tragédia para muitos

Além dos assassinatos e ameaças de morte constantes, a circulação dos garimpeiros aumenta a contaminação

por vírus como Covid, gripe e malária, contra os quais os indígenas têm menos resistência.

O relatório mostra, também, que vários postos de saúde estão fechados na região, agravando a situação. Até o sinal de internet - importante em regiões isoladas para as escolas e postos de saúde - torna-se inviável, pois é monopolizado pelo garimpo.

O resultado é uma tragédia. Em apenas uma comunidade foram registrados, em 2020, 1800 casos de malária entre 900 indígenas: média de duas contaminações por pessoa! A devastação das terras pelo garimpo, a poluição dos rios que afeta a pesca e as doenças que tiram a capacidade de trabalho nas lavouras de subsistência, tornam a fome avassaladora: a desnutrição infantil varia de 60 a 80% entre as comunidades. Essa situação fez explodirem os estupros e casamentos forçados em troca de comida! Esse é o Brasil do 'inominável', seus generais e seus comparsas do latifúndio.

Tiago Maciel

Lula acerta na questão do aborto

Legalização do aborto é sim questão de saúde pública e precisa ser debatida

É quase certo que você conheça pelo menos uma mulher que já tenha feito aborto. Um estudo estimou que uma em cada cinco mulheres com menos de 40 anos, moradoras em regiões urbanas no Brasil e alfabetizadas já tinha interrompido uma gestação.

Mas, apesar desse número, são grandes as chances que você não saiba quais conhecidas, amigas ou familiares fizeram aborto. Isso porque, apesar do levantamento mostrar que a interrupção é feita por mulheres de todos os credos, classes sociais, idades, raças, mães de outros filhos ou não, todas têm em comum o fato de que precisam fazer isso de forma clandestina, sem o apoio necessário. A não ser o apoio de outras mulheres que, também secretamente, conhecem uma forma de realizar o

procedimento. Afinal, aborto no Brasil é caso de polícia.

Na maioria das vezes, a interrupção é realizada de forma insegura, precária, principalmente se a mulher for pobre e negra.

81 mil mulheres foram atendidas pelo SUS por complicações de abortos malsucedidos, provocados ou espontâneos, no primeiro semestre de 2020.

Aborto clandestino é a 4ª causa de morte

Lula foi preciso ao afirmar - independentemente de suas opiniões e crenças pessoais - que o aborto é "um direito da mulher". Que "deveria ser transformado numa questão de saúde pública e todo mundo ter direito e não ter vergonha". E que, como Chefe de Estado, teria de

"cuidar para que todos sejam tratados dignamente pela saúde pública".

Uma questão que marca a vida de uma parcela tão grande da população, e que todos os anos vitima inúmeras mulheres, jovens e até crianças (o abortamento é, pelo menos, a 4ª causa de morte materna no país) é ou não importante para se fazer um debate político honesto com o povo, inclusive no período eleitoral?

Para alguns ditos de "de esquerda" ou "progressistas", a vida das mulheres pode esperar. Flávio Dino, por exemplo, declarou: "que a legislação brasileira não pode ser mexida nesse aspecto". E, coerente com o fato de que defende que o aborto continue sendo caso de polícia, ele afirma que é um debate legítimo, mas para outra hora... um dia, quem sabe, vão nos deixar falar do assunto.

Falar sobre o assunto nunca vai ser conveniente. Em qualquer momento, será uma batalha, será preciso coragem.

Um programa avançado, de defesa da vida das mulheres, que inclua a legalização do aborto, deveria ser abraçado pelos candidatos do PT ao Congresso. A quem mais cabe a tarefa de pautar essa questão?

É fato que Lula e Dilma quando no governo federal poderiam, como a bancada petista de parlamentares, ter aberto esse debate. Não o fizeram. Mas está em tempo, como está em tempo tomar ainda uma série de medidas necessárias. Que bom que Lula está fazendo o debate da legalização do aborto agora. Lutaremos para ir até o fim.

Priscilla Chandretti

MP de Bolsonaro facilita teletrabalho

Trabalhadores podem ser empurrados ao trabalho remoto contra sua vontade

Editada por Bolsonaro em 28 de março a Medida Provisória 1108 que trata da questão do teletrabalho permite impor esta "modalidade" de trabalho indiscriminadamente. Antes prevista por meio de acordo coletivo, agora pode ser definida por

meio de acordo individual, portanto, sem necessidade de discussão com os sindicatos.

Se o trabalhador optar ou for obrigado a entrar neste regime ele poderá ser importunado a qualquer hora do dia ou da noite por seu empregador

através de meios digitais, sem receber nada por isso.

Mais grave, o patrão poderá determinar se o trabalhador deve prestar os serviços por meio de jornada, "produção ou tarefa". Na prática isso significa o fim das horas extras.

Não há qualquer previsão de custeamento do transporte ou mudança, caso a chefia requisite que o trabalhador compareça à sede da empresa.

Até estagiários e jovens aprendizes podem ser explorados à distância.

Luã Cupolillo

As “Teses de Abril” e a luta revolucionária pela paz

Há 105 anos, Lênin exigia a retirada da Rússia da Guerra e a derrubada do capitalismo

Na noite de 16 de abril de 1917, Lênin retorna do exílio. Ao descer do trem na capital russa foi recebido por milhares de apoiadores e simpatizantes de seu partido (Bolchevique). Ali mesmo foi também saudado, em nome da Executiva do Soviete (Conselho de operários, soldados e camponeses) pelo dirigente menchevique Chkheidze, exortando-o a apoiar o Governo Provisório, que mantinha o país na I Guerra Mundial (I GM).

Ao invés, Lênin fez um discurso contundente pela revolução socialista, contra tal governo. Ao encontrar Kamenev, editor do Pravda, jornal bolchevique, criticou sua posição “defensista”, pró-guerra e conciliatória com o Governo Provisório.



Lenin retornou a Petrogrado (hoje São Petersburgo) vindo do exílio

A Revolução de Fevereiro e os Sovietes

Um mês antes, trabalhadores, camponeses e soldados – cansados da guerra e da fome – iniciaram um gigantesco movimento que contaminou todo o país e também os pelotões nas frentes de batalha. Era a Revolução de Fevereiro, que derrubou o Czar da Rússia. Nela, as massas se auto-organizaram em Sovietes que, com a adesão de soldados/marinheiros armados e de milícias operárias, tornaram-se organismos não apenas de luta por reivindicações, mas também pelo poder aos trabalhadores.

Criou-se assim uma situação de “duplo poder”. Potencialmente, o poder real estava nas mãos dos Sovietes. Eles eram, contudo, dirigidos majoritariamente pelos líderes dos dois maiores partidos com influência nas classes trabalhadoras e camponesas até então: o Menchevique e o Socialista-Revolucionário (SR). E tais líderes defendiam transferir o poder ao Governo Provisório, estabelecido pelos partidos burgueses, que mantinham intactas as políticas, os compromissos (de guerra imperialista) e boa parte das instituições de Estado do Czar.

O governo assim exigia que os soldados fossem levados de volta às trincheiras, sob disciplina militar, e que os trabalhadores devolvessem suas armas ao Estado. As demandas populares poderiam ser avaliadas, desconversava o governo, apenas após a vitória da Rússia.

“Defensismo Revolucionário”?

Dirigentes mencheviques e SRs – antes contrários à “guerra

imperialista” – passaram a defender a manutenção da Rússia na I GM. Argumentavam que a Revolução de Fevereiro havia já “transformado” o caráter do envolvimento russo na guerra. O país, diziam, não mais estaria travando uma guerra predatória, mas apenas uma pela “defesa da democracia” e das “conquistas da revolução” contra o militarismo dos Impérios Centrais. Tratar-se-ia, portanto, de “defensismo revolucionário”.

Assim, tais dirigentes tentavam, com algum sucesso num primeiro momento, convencer os Sovietes e milhões de trabalhadores e camponeses a subordinarem-se ao Governo Provisório e à sua guerra. O Soviete de Petrogrado chegou a adotar, duas semanas antes da chegada de Lênin, um “manifesto ao mundo”, defendendo “nossas próprias liberdades” e conclamando os trabalhadores alemães e austríacos apenas (não os russos!) a abandonarem suas trincheiras a serviço “de reis, latifundiários e banqueiros!”.

Stalin e Kamenev

Para a indignação de Lênin, tal manifesto fora apoiado por delegados do próprio partido Bolchevique no Soviete. Pior, altos dirigentes do partido, a reboque dos mencheviques e SR, vinham expressando publicamente “apoio crítico” ao Governo Provisório. Os editores chefes do Pravda, Kamenev e Stalin, assinavam editoriais exortando os soldados a “permanecer firme em seus postos [trincheiras], respondendo bala por bala”; “Nosso slogan não é o grito vazio ‘Abaixo a guerra!’”.

Ainda no exílio, assim que ficou sabendo da Revolução de Fevereiro, Lênin escreveu uma série de cartas à militância bolchevique defendendo: nenhum apoio ao governo provisório, manutenção das posições do partido contra a guerra e pela luta para a tomada do poder pelos Sovietes. Logo ao chegar em Petrogrado, notou ser ignorado pela cúpula bolchevique. Só uma de suas cartas fora publicada no Pravda – tendo sido editada (apagada a parte que chamava de “traidores dos trabalhadores e da causa da paz e da liberdade” os que apoiassem o Governo Provisório).

Lênin sabia que setores da burguesia dentro do próprio governo já conspiravam com generais czaristas para fazer a revolução retroceder ao máximo e assim criar as condições a uma brutal repressão aos trabalhadores e suas organizações de classe. A cada compromisso da direção dos Sovietes, e dos bolcheviques em particular, crescia o perigo da contrarrevolução. Exortava assim aos militantes de base bolcheviques a rejeitar e corrigir a linha dirigente de Kamenev-Stalin.

Teses de Abril: reorientar o partido

Rearmar o partido era a tarefa prioritária de Lênin ao descer do trem. No dia seguinte, ele apresentou suas “Teses de Abril” em plenária de delegados bolcheviques (e depois bolcheviques e mencheviques) no Soviete de Petrogrado. Depois as desenvolveu. São 10 “Teses” que definiam sua orientação política. O primeiro e mais importante ponto estrutura os demais:

“Em nossa atitude perante a guerra, que por parte da Rússia continua a ser indiscutivelmente uma guerra imperialista, de rapina, também sob o novo governo [Provisório], em virtude de seu caráter capitalista, é intolerável a menor concessão ao ‘defensismo revolucionário’. O proletariado consciente só pode dar o seu assentimento a uma guerra revolucionária que justifique o defensismo revolucionário nas seguintes condições: (a) passagem do poder para as mãos do proletariado e dos setores pobres do campesinato que a ele aderem; (b) renúncia de fato, e não em palavras, a todas as anexações; (c) ruptura completa com os interesses do capital. [Aos trabalhadores é] preciso [...] pacientemente explicar a ligação

indissolúvel do capital com a guerra imperialista e demonstrar-lhes que sem derrubar o capital é impossível pôr fim à guerra com uma paz verdadeiramente democrática e não imposta pela violência.”

A partir daí, as demais “Teses” rejeitam qualquer apoio ao governo, apontam os Sovietes como uma forma de Estado novo e superior, levantam medidas econômicas urgentes aos trabalhadores e camponeses e conclamam por uma nova Internacional para mostrar uma saída aos trabalhadores e socialistas alemães – como Liebknecht, único voto da bancada dos sociais democratas no parlamento alemão contra os créditos de guerra - e do resto do mundo que lutam contra o inimigo em seu próprio país, a burguesia belicista. Uma saída internacionalista contra os dirigentes “socialistas-chauvinistas” que aderiram à guerra.

As teses delineiam uma dupla orientação: (I) a tomada de poder pelos trabalhadores e camponeses via Sovietes, que devem liderar uma revolução (II) com um programa que combine tarefas democráticas (de uma revolução burguesa) e socialistas. Se os mencheviques e SRs recusavam a possibilidade de ambas orientações, importantes dirigentes bolcheviques ainda resistiam em aceitar a segunda delas. Por isso, Lênin teve de seguir por semanas e meses na batalha para convencer a direção bolchevique e reorientar o conjunto do partido. Mas foi isso que permitiu a vitória da Revolução de Outubro.

Alberto Handfas

Peru: governo à deriva, massas em luta

Impasse só pode ser resolvido com uma Constituinte soberana

Em 21 de abril realizou-se a Paralisação Agrária Nacional que, por 24 horas, bloqueou rodovias em todo o sul do país - Puno, Junín, Áncash e Ayacucho - e na região da capital, Lima.

Os manifestantes, convocados por organizações nacionais do setor agrário e popular, além de exigir melhoras para o setor agrícola, levantam três exigências: fechamento do Congresso nacional, uma lei anti-monopólios e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Este "paro" preventivo é o concentrado da situação crítica que atravessa o Peru desde a eleição e posse do presidente Pedro Castillo em julho de 2021.

Em menos de um ano de governo, Castillo sobreviveu a três propostas de "vacância" - um tipo de impeachment - apresentadas pela extrema-direita, graças a acordos que passou com as bancadas de centro-direita. Ao mesmo tempo Castillo trocou de primeiro ministro várias vezes, provocando crise e divisões no partido

que o elegeu, o Peru Livre (PL). A inoperância e falta de propostas concretas de seu governo provoca grande decepção na base popular que o apoiou contra os políticos tradicionais, de esquerda ou de direita, derrotados nas eleições de 2021.

"Huancayo" é um marco na situação

No início de abril, em Huancayo, província berço do Peru Livre que elegeu Castillo, uma verdadeira explosão social uniu camponeses, transportistas, sindicalistas e pequenos comerciantes revoltados contra a política abusiva de monopólios privados que dominam os preços do petróleo, alimentos e fertilizantes.

Os manifestantes exigiram a presença do presidente Castillo, que não foi à região, mandando seus ministros em 7 de abril para dialogar sobre as exigências de cumprimento da promessa eleitoral de nacionalização das terras (reforma agrária) e da convocação da Constituinte. Nada resolvido.

O suplemento do jornal "El Trabajo" de abril, tribuna livre impulsionada por militantes peruanos da 4ª Internacional, destaca que: "Nessa situação de convulsão social, qual é a resposta do governo Castillo? Parece que está sem norte político, não tem maioria parlamentar e nem partido político. Busca tranquilizar os 'golpistas' com o conto do 'consenso e governabilidade', mas não tem qualquer resposta para enfrentar a sabotagem dos monopólios de alimentos. Assim aumenta o desencanto e a indignação de lideranças e das massas que o fizeram presidente para cumprir as promessas eleitorais que fez em sua campanha".

Como se viu em Huancayo no início do mês e agora também se vê no "Paro agrário", é preciso devolver a palavra ao povo peruano para que seja eleita uma Assembleia Constituinte Soberana, que substitua o atual Congresso controlado pela direita, que tenha plenos poderes para atender as urgentes demandas

"La emancipación de los trabajadores será obra de los trabajadores mismos"

EL TRABAJO

TRIBUNA LIBRE DE LA LUCHA DE CLASES

EDICION EXTRAORDINARIA - Nº 10

ABRIL 2022

EL HUANCAYAZO, MARCA EL CAMINO DE LA UNIDAD Y EL FRENTE UNICO A TODO EL PAIS



Dirigentes de Wanka, reunidos en el Coliseo Wanka

ABAJO EL ALZA DE LOS PRECIOS: NACIONALIZACIÓN DE LOS MONOPOLIOS, REPSOL (GASOLINA-GAS) RODRIGUEZ BANDA (AZÚCAR), ALICORP (ACEITE), RECONSTRUIR PLANTA DE FERTILIZANTES DE BAYOVAR JUNTO A PETROPERÚ.

PRIMERO ES LA SOLUCIÓN A LOS RECLAMOS DEL PUEBLO PERUANO Y NO EL PAGO DE LA DEUDA EXTERNA.

CASTILLO, CUMPLE TUS PROMESAS. ASAMBLEA CONSTITUYENTE SOBERANA ¡AHORA!

La explosión social ocurrida en Huancayo unifica a los campesinos, ganaderos, transportistas, sindicalistas, pequeños comerciantes... y es la respuesta a la política abusiva y destructora de los monopolios que manejan los precios del petróleo, gas, pollo, pan, aceite, azúcar, fertilizantes... Huancayo no es una isla. Todo el país está envuelto en una crisis profunda. Huancayo notifica a toda la nación optimista que la única salida para lograr la solución al conjunto de sus reivindicaciones postergadas es la unidad y el frente único. El pueblo Wanka ha exigido que el Presidente Castillo venga a Huancayo con su gabinete para dialogar una solución a sus principales problemas. Pero, el Presidente Castillo ha preferido dar la espalda a este clamor popular, en la cuna de Perú Libre que lo llevó a Palacio de Gobierno y que votó por él para que cumpliera sus promesas electorales de Nacionalización, 2ª Reforma Agraria, Asamblea Constituyente. Una parte del Gabinete (6 Ministros) han viajado a Huancayo y luego de un diálogo con los dirigentes de la lucha regional han pedido una tregua de 5 días para tratar las posibles soluciones con Palacio de Gobierno. El JUEVES 7 regresarán los Ministros a Huancayo. Por hoy nada está resuelto. Estamos ante un campés de espera. Pero el pueblo Wanka ya marcó el camino que deben seguir los trabajadores y el pueblo peruano para resolver los problemas generados por los gobiernos al mismo

populares e à qual o presidente Pedro Castillo submeta o seu mandato. Só com a organização por baixo de assembleias populares em todo o país e sua centralização a nível nacional, se poderá impor tal saída à crise que se aprofunda no Peru.

Lauro Fagundes

Equador: Jorge Glas está em liberdade!

Com sua libertação ganha impulso a campanha contra as privatizações



AFP/Mateo Flores

restante de sua pena, mas está proibido de sair do país e terá de se apresentar periodicamente à justiça.

Numa postagem pelo twitter, o ex-presidente Rafael Correa, também ele perseguido judicialmente, comemorou afirmando que "começa a desmoronar-se a injustiça; os corruptos sempre foram eles".

Além da condenação injusta Glas sofreu outras perseguições. Foi-lhe negada a redução da pena, como garante a lei a prisioneiros com bom com-

portamento. E, desde dezembro de 2021, em virtude do tempo decorrido em prisão fechada, ele já poderia estar cumprindo a sentença em liberdade o que também foi negado.

Uma consistente campanha internacional pela liberdade de Jorge Glas foi desenvolvida pelo "Comitê 2 de Outubro - Verdade, Justiça, Solidariedade", antena equatoriana do "Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio" (CILI). Durante os anos em que Glas esteve encarcerado o Comitê manteve plantões dominicais diante da penitenciária, sem falhar uma única semana.

No domingo em que ocorreu a libertação, centenas de outros militantes também compareceram a

Latacunga. Formou-se uma caravana para acompanhar Glas até Guayaquil, onde ele reside. Nas cidades por onde passou, durante o percurso de pouco mais de 400 quilômetros, a caravana foi festejada por inúmeras manifestações populares.

Na chegada a Guayaquil mais de mil pessoas, entre as quais militantes identificados com o CILI, acolheram Glas no Coliseu de River Oeste. Ele fez um pronunciamento em que reafirmou sua inocência e lembrou seu trabalho para a construção e fortalecimento de estatais equatorianas, bem como as obras no setor elétrico realizadas sob sua direção.

Os sindicalistas que atuam no Comitê 2 de Outubro - nome que faz referência ao dia da prisão, em 2017 - consideram que com Glas em liberdade fica fortalecida a campanha contra a privatização das estatais, um dos pontos chave da ofensiva do governo Lasso contra o povo equatoriano.

Essa luta, que já estava em curso, terá um momento importante num seminário sindical que ocorria em Quito, neste 21 de abril, e que será reportado em nossas próximas edições.

Edison Cardoni

PODER COLONIAL FRANCÊS PERSEGUE ELIE DOMOTA

Em Guadalupe, no dia 7 de abril, ocorreu a audiência do processo em que Elie Domota, sindicalista e dirigente popular, que é acusado de "violência contra autoridade pública" quando, de fato, vídeos o demonstram, foi ele o agredido pela polícia, numa das manifestações da revolta que já dura nove meses.

Diante da fragilidade das acusações, o procurador tentou adiar a audiência que, não obstante, transcorreu com os advogados de defesa e as testemunhas colocando o dedo acusatório contra o Estado colonial francês.

Para a nova audiência, em 19 de maio, preparam-se manifestações nas embaixadas francesas e continua a campanha de moções a serem enviadas para:

- **Agência Regional de Saúde de Guadalupe (ARS):**
ars971-direction-generale@ars.sante.fr
- **Prefeitura de Guadalupe:**
courrier@guadeloupe.pref.gouv.fr
- **Ministro do Interior:**
darmanin.gerald@interieur.gouv.fr

- **Ministro da Justiça, A/CdaSecretária Geral do Gabinete:**
veronique.malbec@justice.gouv.fr
- **Com cópia para Associação dos Trabalhadores e Povos da Caraíba:**
atpc-caraibe@orange.fr

No dia 10 de abril, depois de quatro anos e meio, o ex-vice-presidente do Equador, Jorge Glas, foi libertado da prisão de Latacunga, situada a cerca de 100 km de Quito, em cumprimento a um habeas corpus concedido no dia anterior. O governo direitista de Guillermo Lasso, subordinado ao tacão do Departamento de Justiça dos EUA, vai apresentar recursos para cassar essa decisão.

Vítima dos mesmos métodos de "lawfare" do lavajatismo brasileiro, Glas foi condenado sem provas por suborno, associação ilícita e peculato em casos de corrupção envolvendo a filial equatoriana da Odebrecht. Ele passa a cumprir em liberdade o

Conferência europeia diz: Não à guerra!

Militantes de 19 países unem esforços pelo fim da carnificina e por reivindicações populares

Uma conferência europeia de emergência contra a guerra reuniu, no dia 9 de abril, militantes e organizações operárias, conectados em rede, de 19 países. Convocada pela Nova Corrente de Esquerda (NAR), da Grécia, e pelo Partido Operário Independente (POI), da França, ela foi realizada num momento em que a guerra na Ucrânia se traduz por mais bombardeios, carnificina, execuções sumárias e atos bárbaros.

A discussão entre os participantes foi introduzida por Panayotis Xoplidis, da NAR, e por Jérôme Legavre, do POI. Logo após, foi lida uma mensagem dirigida à conferência, vinda da Rússia (veja abaixo). A seguir, ocorreram as intervenções, em diferentes línguas, durante três horas e meia. Publicaremos algumas dessas falas na próxima edição.

No mesmo dia 9 em que ocorria a discussão, a associação patronal italiana Cofindustria anunciou que a produção industrial havia caído 2,9% no primeiro trimestre, com 8 em cada 10 empresas enfrentando dificuldades de fornecimento.

Dois dias depois, a Organização Mundial do Comércio (OMC) declarou que temia uma “desintegração da economia mundial” causada pela guerra. De acordo com a análise do secretariado da OMC, “a maior parte

do sofrimento e da destruição está sendo sentido pelo povo ucraniano, mas os custos em termos de redução do comércio e da produção provavelmente serão sentidos pelas populações em todo o mundo, devido ao aumento dos preços dos alimentos e da energia e à menor disponibilidade das mercadorias exportadas da Rússia e da Ucrânia”.

Como disse um militante irlandês na conferência, “a guerra é paga com o sangue da classe trabalhadora”.

Confiança para agir

Participaram da conferência de emergência militantes de Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Moldávia, Noruega, Portugal, Romênia, Sérvia, Suécia, Suíça e Turquia – além da mensagem enviada da Rússia. Nas condições atuais, por razões de segurança, não foi possível a participação direta de militantes russos.

Em muitos casos, a audiência da conferência foi coletiva, às vezes a partir de instalações sindicais. As intervenções dos diferentes países denunciaram a mesma realidade: a guerra está no coração da Europa; nossos governos são responsáveis por ela e a utilizam. A guerra está na Europa, pela presença das bases da Otan, pelo fluxo maciço de tropas e

armas nas estradas, nas ferrovias, nos portos e aeroportos.

A guerra está presente, com o grande aumento dos orçamentos de armas, que o presidente estadunidense Joe Biden exigiu e obteve de todos os governos. A guerra está presente, conduzida por Putin, pela Otan e pela União Europeia,

ameaçando cada vez mais as liberdades e toda a soberania nacional.

A guerra espalha a miséria, a escassez, o aumento dos preços, os cortes nos orçamentos para a educação, para as creches e para a saúde. Um militante romeno salientou que a conferência deu “uma confiança incrível” para agirmos juntos.

DECLARAÇÃO APROVADA PELOS PARTICIPANTES

Em todos os países do continente europeu, uma campanha sem precedentes tem sido orquestrada desde 1945 para a corrida armamentista, para a economia de guerra. A Otan e a União Europeia são os instrumentos dessa militarização. A saída está na luta pela emancipação dos povos e dos trabalhadores da Federação Russa, os únicos que podem deter Putin em seu trabalho destrutivo e impor a retirada das tropas russas da Ucrânia. E a saída está na capacidade dos trabalhadores e dos povos de toda a Europa de unir forças para pôr fim às políticas da Otan, da União Europeia e do capital, para bloquear a máquina de guerra, os orçamentos militares, as intervenções imperialistas e para impor que essas somas gigantescas sejam utilizadas para a saúde, a educação e as necessidades sociais.

Nós decidimos fortalecer os laços entre todos aqueles que, neste período decisivo, estão determinados a lutar:

- pelo fim da guerra da Rússia de Putin na Ucrânia;
- pelo desmantelamento das bases da Otan;
- contra os orçamentos de guerra;
- contra a união nacional;
- pela independência da classe operária e de suas organizações;
- em defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Propomos utilizar o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili) para que seja organizada, nos próximos meses, uma conferência mundial aberta contra a guerra e contra a exploração.

“Tormento de extrema gravidade”

A mensagem abaixo foi enviada por militante da Rússia e lida durante o evento

Na Rússia de hoje, sob pena de pesadas acusações criminais (até 15 anos de prisão – NdT), não podemos chamar as coisas pelo nome. Portanto, caros companheiros franceses e gregos que estão convocando esta conferência, vou usar a expressão autorizada, a fim de me proteger. Será que os trabalhadores e os povos da Federação Russa querem a “operação militar especial”?

Trata-se de uma “operação militar especial” contra uma república vizinha, contra a qual se faz uma propaganda agressiva há trinta anos na Rússia.

É uma “operação militar especial” contra um povo ao qual Putin, mergulhando nas horas escuras da propaganda czarista, nega o direito de ser um povo de pleno direito, com sua própria língua e cultura.

“Operação militar especial” contra um país do qual uma parte do território foi tomada pelo exército de Putin em 2014.

“Operação militar especial” contra um povo no interior do qual o



Policiais russos prendem manifestantes contra a guerra em São Petersburgo

Kremlin atizou a impaciência e o separatismo para alimentar o conservadorismo e o nacionalismo russo.

“Operação militar especial” contra a Ucrânia que, do mais profundo de suas entranhas, é o berço da cultura russa, e que deu origem ao primeiro Estado russo e às três mais belas

línguas, que são o ucraniano, o bielorrusso e o russo.

“Operação militar especial” contra a Ucrânia, que a Rússia czarista tentou “desucranizar”, contra o povo ucraniano cujas costas ela queria quebrar, um povo amante da liberdade e corajoso que lutou por sua própria

liberdade e pela liberdade dos povos do antigo império.

Será que os trabalhadores da Rússia, cujas vidas estão sendo devastadas pelo desemprego, aceitam os cortes salariais para financiar essa “operação militar especial”?

Será que os trabalhadores da Rússia querem que os jovens soldados russos ou ucranianos arrisquem suas vidas na frente de batalha? Eles querem a morte de mulheres e crianças, vítimas inocentes? Eles querem o massacre em Bucha e o bloqueio assassino de Mariupol?

Não! Não! Não! Vergonha a quem afirme o contrário!

Nenhuma “operação militar especial” jamais enriqueceu nenhum povo! O que está acontecendo hoje é um pesado tormento de extrema gravidade. A única saída para o meu país é uma nova república federal revolucionária composta de repúblicas iguais, desnazificadas e desmilitarizadas!

Viva a primavera da liberdade dos povos! Glória ao corajoso povo ucraniano!

Eleições legislativas? Vamos com tudo como nas presidenciais!

Na França, o futuro aparece entre o 1º turno e o pós-2º turno presidencial

Assim que terminou o primeiro turno da eleição presidencial (10 de abril, NdT) começou um bombardeio sobre eleitores.

Sem sequer esperar o resultado, com um minuto de apuração na TV, os principais partidos de “esquerda” e de “direita”, fortemente penalizados nas urnas, orientaram: como um só homem, se alinharam com Macron para o segundo turno. A pressão infernal foi retransmitida por toda mídia.

Num contexto de incerteza em que todos medem a importância alcançada pelo candidato da União Popular (UP), Jean-Luc Mélenchon, a apuração do primeiro turno deu o sinal para a caça aos votos, com promessas e uma falsa e demagógica guerra de ofertas. Exemplo: Emmanuel Macron, o candidato da elevação da idade para aposentadoria a 65 anos, multiplica manobras, como a “revisão parcial” (NdT).

Mais de 7,5 milhões de eleitores votaram no candidato da UP. Desapontados por não vê-lo no segundo turno, estes milhões foram reforçados na sua convicção pela potência do movimento que se expressou pela UP. E, na segunda rodada, cada um deles fará o que lhes parecer correto.

No seu discurso na noite da apuração do primeiro turno, Mélenchon foi muito claro: “Nem um único voto deve ir para Marine Le Pen”. Com humor, o repetiu quatro vezes. Na sequência, lançou uma consulta aos 310 mil patrocinadores de sua candidatura. A consulta não incluía o voto Le Pen, mas oferecia três soluções: votar em branco ou nulo, se abster, ou votar Macron. Ao cabo, 37,6% se posicionaram pelo voto em branco e 29% pela abstenção; 33,4% a favor do voto Macron.

Na abertura da consulta, Mélenchon teve o cuidado de especificar: “A coesão da UP é o nosso bem mais precioso. Permanecemos confiantes, ativos, mutuamente respeitosos. Os nossos números são a nossa força”. Nessa sintonia, nós escrevemos no comunicado do POI (Partido Operário Independente, NdT) de 11 de abril: “Nem um voto para Le Pen, nem um voto para Macron e seu programa de aposentadoria aos 65 anos! Confiança nos milhões que votaram Mélenchon, uma força formidável de resistência. O que quer que cada um decida, não será um endosso de Macron ou Le Pen. Permaneceremos unidos”.

O NPA (Novo Partido Anticapitalista) e a LO (Luta Operária) também

estão na linha nem Macron nem Le Pen.

Após o segundo turno, teremos que enfrentar os ataques

Por termos recebido o Parlamento da União Popular na nossa sede e tendo participado da festa na noite da apuração, posso testemunhar: o estado de espírito da massa de militantes e jovens que ali estavam reunidos era claro: “a luta continua” e “continuaremos unidos”. O que marca as reuniões dos grupos de ação da UP dos últimos dias que juntaram uma massa várias vezes maior do que antes do primeiro turno.

Todos sabem que após o segundo turno (24 de abril), aconteça o que acontecer, teremos de enfrentar os ataques às conquistas, às condições de vida e ao futuro. Os programas não deixam margem para dúvidas.

Estaremos à frente para ajudar a bloquear estes ataques, que já são minados pela força do voto dos jovens e dos bairros populares na linha de ruptura da UP. Eu não voto Macron! Não voto Le Pen! Nem um nem outro!

Em nome de que lógica infernal devemos votar por aquele que usa e abusa das receitas utilizadas quase quarenta anos por todos os seus predecessores, à “esquerda” como à direita? E que deram no resultado: levar Le Pen do quase nada à pontuação agora obtida pela candidata do Reagrupamento Nacional (extrema-direita - NdT).

Devo votar pelo agravamento da política que liquida as conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores, e que os fatos mostram que vai continuar a alimentar a reação mais rançosa? Certamente não!

Não me venham de novo com o truque da “trincheira”. Não somos responsáveis, nem culpabilizáveis!

Anne Hidalgo, Jadot e Roussel (PS, verdes e PCF, respectivamente - NdT) são os mais virulentos na urgência da “trincheira republicana” (contra Le Pen - NdT). Se fossem honestos, levariam os fatos em conta. Pois os fatos são incontestáveis: Marine Le Pen poderia ter sido impedida de chegar ao segundo turno. Ela poderia ter sido ejetada na primeira rodada. Hidalgo, Jadot e Roussel garantiram que isto não acontecesse, mas assumiram esta responsabilidade. E hoje, na continuação lógica de sua política chamam a votar em Macron, em comunhão (estão habituados...) com todos os chefões do passado,

desacreditados, tanto da direita como da “esquerda”: Péresse, Sarkozy, Jospin, Chevènement, Delanoë... (direita, direita, PS, Movimento Cidadão e PS, respectivamente - NdT).

Não venham novamente com o truque da “trincheira republicana”. Como milhões de outros, eu já fiz trincheira: votei no primeiro turno em Mélenchon. Nem sou culpado nem responsabilizável!

E agora? Vamos continuar, reagrupar nossas forças

Vamos trabalhar juntos para fortalecer o poderoso “polo popular” que começou a se constituir na campanha.

O que acaba de acontecer na Sorbonne e segue em várias universidades e escolas secundárias, é muito significativo. Após uma assembleia geral de 500 no dia 13 de abril, mil estudantes reuniram-se no dia seguinte em frente à universidade. Repudiaram o cenário infernal, a camisa de força sufocante que tentam nos meter. Gritaram “Nem Macron, nem Le Pen” e tentaram marchar rumo ao Ministério do Ensino Superior (a polícia os impediu com jatos d’água e gás lacrimogêneo). Eles querem acabar com as políticas destrutivas que preparam um futuro de precariedade para os jovens, o que Macron gostaria de amplificar se reeleito.

Constatamos que, mesmo sem se consultarem, Macron e Le Pen tiveram a mesma reação de condenar os estudantes da Sorbonne.

Nós estamos do lado destes jovens, da sua mobilização. Ela indica o estado de espírito de amplas camadas e que amadurece na população.

Evidentemente, conhecemos o papel de parlamento submisso



UNIS, ORGANISÉS Combattre toutes les mesures réactionnaires !



CONFÉRENCE EUROPÉENNE D'URGENCE
150 militants de 19 pays rassemblés contre la guerre
pages 10, 11 et 12

La parole à des participants
Kubilay Cenk (Turquie), Magnus Axel (Autriche), Bally Bagayoko (France)
Panagiotis Xoplidis (Grèce), Eoin O Sé (Irlande)

“Unidos, organizados, combater todas as medidas reacionárias”

dado à Assembleia Nacional pelas instituições antidemocráticas da 5ª República, que teremos que varrer. Mas também sabemos que um número significativo e plausível de representantes eleitos sob uma orientação clara de ruptura, plebiscitada por quase oito milhões de eleitores de Mélenchon, teria consequências consideráveis. Tanto do ponto de vista da crise das instituições, como da confiança que daria a todos para resistir, lutar e vencer. Para a luta de classe. Quando greves, protestos e manifestações permeiam o dia a dia da sociedade.

As eleições legislativas? Como nas eleições presidenciais, vamos em bloco, sejamos eficazes: todos juntos, vamos com tudo! ¹

Jerôme Legavre, do POI
Publicado em Informações Operárias,
Paris, 20/04/2022

¹ A eleição de deputados à Assembleia Nacional francesa será no próximo mês de junho (NdT)

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br